

Universidade Federal da Bahia
CPA – Comissão Própria de Avaliação

Projeto de Auto-Avaliação
da
Universidade Federal da Bahia

Salvador, fevereiro de 2005
(Última revisão: 8/7/2005)

Apresentação

“Conhecer-se a si mesmo”, recomendação milenar, é o fundamento de qualquer projeto de auto-avaliação. Através desse conhecimento, pessoas, organizações ou instituições podem definir objetivos, direcionar ações, atuar sobre o presente e projetar o futuro.

É nessa perspectiva que o projeto de auto-avaliação institucional da Universidade Federal da Bahia foi construído. Mais que atender a uma determinação legal definida pela Lei 10.861 de 14 de abril de 2004, que instituiu o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior/SINAES, a Administração da UFBA entende que a implementação desse projeto permitirá o levantamento e sistematização de dados e informações que certamente contribuirão para o processo de planejamento e gestão institucional, objetivando o alcance da excelência acadêmica, sustentabilidade financeira e eficiência administrativa.

Desse modo, o projeto de auto-avaliação institucional ora proposto tem pontos de articulação com o seminário “UFBA pensa a si mesma”, definido pelo Conselho Universitário, em sessão de 18 de outubro de 2004, com o objetivo de construir espaços de reflexão sobre a ação institucional.

Assim, o desenvolvimento em paralelo, com as conexões possíveis, do projeto de auto-avaliação institucional e do Seminário “UFBA pensa a si mesma” resultará, sem dúvida, no fortalecimento de uma cultura da avaliação na Universidade. Isto, com certeza, favorecerá o alcance dos objetivos institucionais que visam à construção de uma universidade justa e igualitária, socialmente comprometida, democrática e, sobretudo, através da avaliação, transparente para a sociedade.

Naomar de Almeida Filho

Reitor

Sumário

1. A auto-avaliação na UFBA	1
1.1. Antecedentes	1
1.2. O processo de auto-avaliação do ensino de graduação	3
1.3. A ampliação do processo de auto-avaliação	6
2. O processo de avaliação institucional	7
2.1. Objetivos	7
2.2. Estratégia de execução	8
2.3. Metodologia	9
2.4. Cronograma de execução	12
2.5. Gestão da avaliação	13
2.6. Orçamento do projeto	14
Anexo 1 – Matriz de informações para o processo de avaliação interna	15

1. A Auto-Avaliação na UFBA

1.1. Antecedentes

A questão da avaliação, ainda que de modo não conjugado ou sistematizado, sempre esteve presente no cotidiano da UFBA, em suas diversas instâncias acadêmicas e administrativas e em diversos momentos.

Como iniciativas importantes, registramos o Projeto “Delineamento da Pesquisa na UFBA” (1980-1988) e o “Seminário de Política Científica” (1989), quando foram mobilizados centenas de professores e pesquisadores em função de um processo avaliativo da pesquisa na UFBA. Em 1991, o Seminário “Pesquisa na UFBA: Diagnóstico e Perspectivas” constituiu o momento de sistematização, divulgação e debate dos resultados obtidos.

Nesse período, seminários de avaliação da pós-graduação foram promovidos pela Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação, quando foram discutidos os pareceres da CAPES e detalhados alguns aspectos de cada curso. E, considerando-se a avaliação da CAPES de 1990/1991 e de 1992/1993, constatou-se uma significativa melhoria na qualidade dos cursos.

Em 1993 e 1994, a Pró-Reitoria de Extensão realizou dois seminários, quando foram apresentados estudos analíticos dos projetos permanentes de extensão e serviços prestados à comunidade pela UFBA, definindo-se, a partir daí, diretrizes para uma política de extensão adotadas pela Pró-Reitoria na condução de seus trabalhos.

De âmbito mais abrangente, pode-se destacar a experiência do Sistema de Alocação de Vagas Docentes nos Departamentos, cuja base é a avaliação departamental, que vem sendo realizada na UFBA nos últimos dez anos.

Em 1993, a Câmara de Ensino de Graduação aprovou o estudo intitulado “Contribuição da Câmara de Ensino de Graduação para o Reordenamento Acadêmico ao Nível de Graduação”, que, além de formular várias proposições de melhoria das atividades de graduação, levou a Câmara de Ensino de Graduação a aprovar, editar e divulgar resoluções disciplinadoras do ensino de graduação, assim como a elaboração do Regulamento do Ensino de Graduação da UFBA, de caráter plurianual e em substituição ao Regulamento Geral de Matrícula.

Essas experiências permitiram verificar que a questão da avaliação constituía um anseio permanente da comunidade da UFBA. Assim, em 1994, após a apreciação do estudo encaminhado pela Pró-Reitoria de Graduação – “Magistério Superior da UFBA - Perspectivas do Quadro Docente. Matrícula da Graduação 94.1, Sistemática de Planejamento e Execução” – o plenário do Conselho de Coordenação aprovou a instalação

do processo de avaliação institucional da Universidade Federal da Bahia, tendo em vista esse estudo analítico, que enfocava a política de recursos humanos docentes e as dificuldades que desafiavam o ensino de graduação.

Em 1995, foi formulado o Projeto “Avaliação Institucional da UFBA”, que se integrou ao PAIUB – Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras e recebeu o apoio da SESu-MEC. Nele se previa um processo de avaliação abrangente, incluindo a avaliação interna e a externa, considerando-se aspectos quantitativos e qualitativos e perpassando os diferentes níveis da Universidade e a criação de uma Comissão de Avaliação Institucional Permanente. Em 1997, esse projeto foi aprovado, por unanimidade, pelo Conselho de Coordenação.

A partir daí, o tema avaliação institucional foi se solidificando e, em 1998, iniciou-se a implantação de um processo dessa natureza, que deveria se tornar uma atividade permanente, com ênfase, a princípio, nos cursos de graduação, mas tendo como perspectiva a progressiva análise da instituição como um todo e uma institucionalização do processo em médio prazo.

Para viabilização de tal experiência de ação coletiva e institucional, a Pró-Reitoria de Ensino de Graduação elaborou o documento “Continuidade da Avaliação Institucional na UFBA: Avaliação dos Cursos de Graduação (Subsídios e Sugestões)”. Neste documento, propunha-se que as Unidades de Ensino avaliassem a eficiência dos seus cursos de graduação, com base num roteiro sugerido, com diversos aspectos a serem considerados. O produto final esperado desse processo seria uma avaliação sobre a eficiência dos cursos, a qualidade da formação dos egressos e sua aceitação pelo mercado de trabalho.

Em 1999, realizou-se o “I Seminário de Auto-Avaliação da UFBA”, tendo como objetivos socializar os principais resultados da auto-avaliação, estabelecer critérios e procedimentos para a institucionalização do processo de avaliação e produzir um documento para orientar os procedimentos futuros. Posteriormente, a Pró-Reitoria de Ensino de Graduação sistematizou e enviou as conclusões do I Seminário às Unidades de Ensino, objetivando o levantamento de propostas de ação.

Em 2001, um sistema de avaliação de docentes por discentes, através da Internet, foi elaborado e implementado e, para dar continuidade e melhor sistematizar as ações de avaliação interna da UFBA, foi criada uma Comissão Central de Avaliação – CCEAG, que se encontra com as atividades suspensas, desde que o Governo Federal divulgou, para discussão, a proposta preliminar do Projeto de Avaliação da Educação Superior, no segundo semestre de 2003.

No sentido de sensibilizar a comunidade acadêmica para a necessidade e importância de se proceder à avaliação interna, realizou-se um segundo seminário, em 2002, quando foram apresentados a Proposta do Modelo de Avaliação e o Detalhamento da

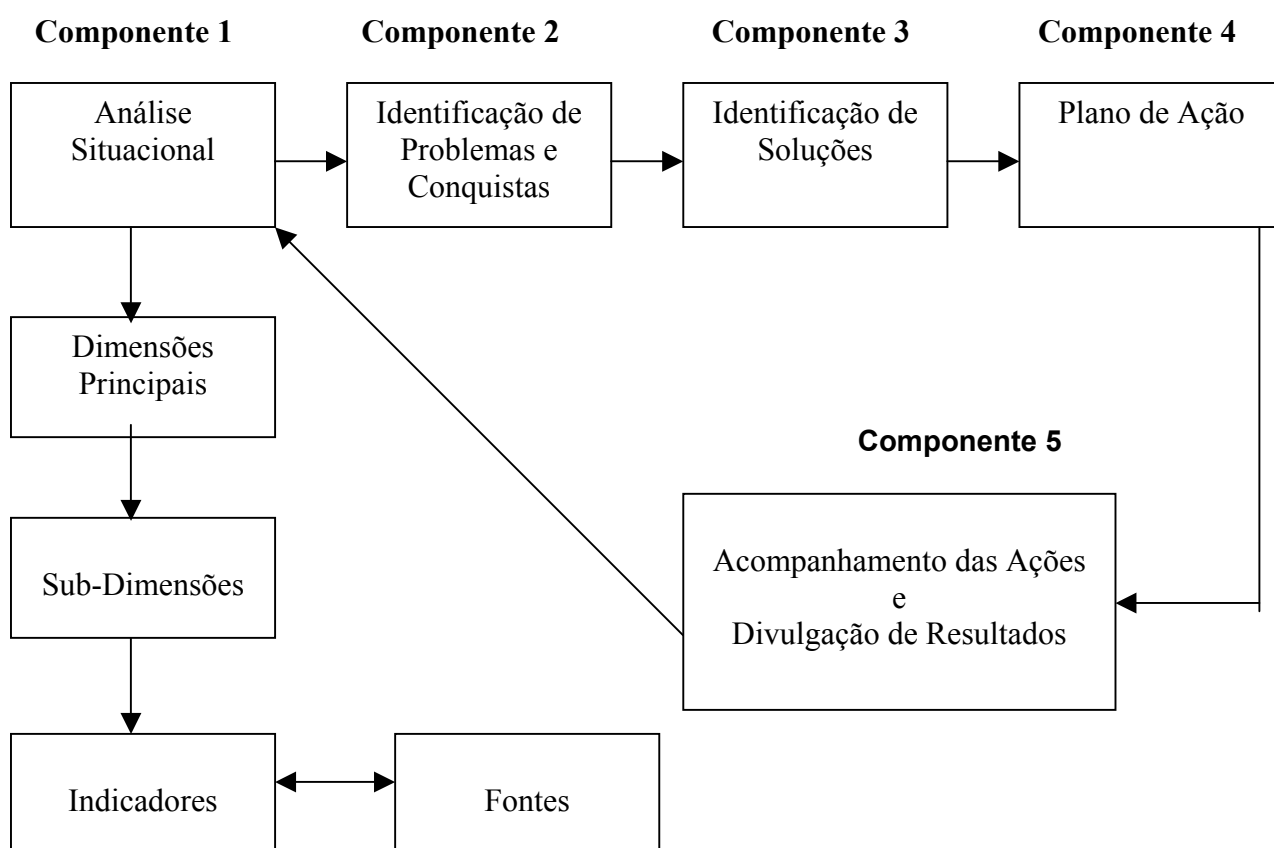
Proposta de Avaliação 2000/2001, resultando na publicação do documento *Avaliação Institucional na Universidade Federal da Bahia – Série PROGRAD 5*. Com o mesmo objetivo, foram realizadas, ainda em 2002, mais três oficinas de trabalho, com uma participação média de 63% das Unidades de Ensino, e que tiveram como propostas divulgar uma experiência bem sucedida de avaliação universitária, apresentar os sistemas informatizados da UFBA que dariam suporte técnico às ações de avaliação e demonstrar as possibilidades de utilização de dados acadêmicos e resultados de pesquisa para a realização da avaliação institucional. Além disso, manteve-se uma programação contínua de correspondências, reuniões, distribuição de material e uma página específica na Web, contendo todas as informações necessárias à implementação do processo.

E, para avaliar o processo de Avaliação Institucional instalado na UFBA, discutindo sua relação com o Plano de Ação da Pró-Reitoria de Ensino de Graduação, foi realizado, em 2003, o “III Seminário de Auto-Avaliação da UFBA”.

Atualmente, com a interrupção temporária de tal processo, a atenção dos cursos de graduação está voltada inteiramente para seus projetos de (re)construção curricular, para contemplar as novas orientações, sobretudo as expressas nas Diretrizes Curriculares Nacionais aprovadas pelo CNE.

1.2. O processo de auto-avaliação do ensino de graduação

O processo de auto-avaliação da Universidade Federal da Bahia, da forma até agora conceituado, trata do ensino de graduação. O referido processo é composto por cinco componentes, que, de forma encadeada, devem promover o contínuo pensar sobre a qualidade da Universidade.



Componente 01: Análise Situacional

A análise situacional compreende o diagnóstico da realidade, que será objeto da intervenção pretendida. Visa a possibilitar às Comissões de Avaliação Institucional das Unidades (CAVI) identificar os principais problemas relativos ao ensino de graduação, permitindo, assim, a definição de prioridades, metas a alcançar e ações a serem desenvolvidas.

Principais dimensões e sub-dimensões desse componente:

DIMENSÃO	SUB-DIMENSÃO
PROJETO PEDAGÓGICO	Concepção do Curso
DOCENTES	Qualificação
DISCENTES	Desempenho
	Egressos
INFRA-ESTRUTURA	Laboratórios e Salas
	Biblioteca
	Gerenciamento

Nessa etapa do processo auto-avaliativo, as Comissões de Avaliação Institucional das Unidades (CAVI) devem escolher, entre as diversas dimensões, aquelas que serão contempladas anualmente em suas análises.

Como regra geral, enquanto o ensino de graduação estiver sendo o foco das avaliações, as CAVI devem avaliar anualmente a dimensão Docentes e a dimensão Discente – desempenho. As demais dimensões, Infra-Estrutura, Projeto Pedagógico do Curso e Discente – egressos, devem ser avaliadas a cada quatro anos, a partir da primeira avaliação.

Com o objetivo de auxiliar o trabalho das CAVI, os indicadores de avaliação e os padrões de referência correspondem a cada uma das sub-dimensões da Análise Situacional. Esses padrões e indicadores foram estruturados de forma a contemplar aqueles estabelecidos pelas diversas Comissões de Especialistas do MEC, que avaliam as Condições de Oferta dos Cursos de Graduação, como também os definidos pelo Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras – PAIUB, além dos construídos internamente na UFBA.

Componente 02: Identificação de Problemas e Conquistas

A partir da caracterização da realidade, dentro das dimensões escolhidas por cada CAVI, dever-se-á proceder à identificação dos problemas, assim como ressaltar as conquistas consolidadas. Nesse momento, recomenda-se uma ampla discussão na Unidade sobre os “achados” do processo, permitindo que, internamente, esses problemas e conquistas sejam priorizados.

Nessa etapa do processo avaliativo, deve-se observar prioritariamente as necessidades, efetivas de cada curso, permitindo uma reflexão sobre os problemas, conquistas e potencialidades, com base no que seria ideal conseguir. Aqui ainda não é o momento de refletir sobre as condições materiais para superar os problemas. Ao contrário, é hora de priorizar o que precisa ser superado, mantido ou potencializado, com vistas a ampliar a qualidade dos serviços prestados pela Universidade.

Componente 03: Identificação de Soluções

Como conseqüência da identificação e priorização de problemas, o terceiro componente do processo auto-avaliativo consiste em estabelecer, para cada problema encontrado, uma solução. Aqui se deve privilegiar soluções que permitam um aproveitamento de esforços da Unidade e da UFBA como um todo, garantindo racionalidade e integração na busca da superação ou, pelo menos, redução dos problemas identificados.

Esse terceiro componente, assim com o quarto, deve refletir o pensamento da coletividade, articulando os atores que participarão da implementação das soluções

identificadas. Aqui o princípio da legitimidade política deve ser observado, para que todos possam se comprometer com os rumos da instituição.

Componente 04: Plano de Ação

Resumindo as construções dos componentes 02 e 03, esse componente promove a articulação do que foi idealmente imaginado com a realidade. Isso significa que, na medida em que se propõe a responder a perguntas básicas para transformar idéias em realidade, ele possibilita o estabelecimento de prazos, responsabilidades e recursos, criando medidas para o acompanhamento das soluções.

O Plano de Ação constitui-se no elemento-chave para a transformação positiva da realidade, permitindo uma visualização efetiva dos esforços necessários para se buscar a qualidade institucional.

Componente 05: Acompanhamento das Ações e Divulgação dos Resultados

Finalmente, com o quinto componente, pretende-se atender aos princípios de transparência e continuidade, incentivando a meta-avaliação do processo, bem como ampla divulgação dos resultados alcançados.

O processo auto-avaliativo da UFBA está estruturado na articulação entre a Comissão Central de Avaliação da Graduação (CCEAG) e as Comissões de Avaliação Institucional das Unidades (CAVI). E, apesar das CAVIs atuarem prioritariamente em suas Unidades específicas, estas devem procurar trabalhar de forma também articulada, umas com as outras, contribuindo e sendo auxiliadas no complexo trabalho de avaliar a UFBA.

Nesse processo são considerados os princípios da progressividade, comparabilidade, respeito às particularidades da instituição, não premiação ou punição, legitimidade política, participação, legitimidade técnica, flexibilidade, transparência e continuidade.

1.3. A ampliação do processo de auto-avaliação

Para uma avaliação do desempenho institucional, projetava-se integrar o processo de auto-avaliação do ensino de graduação com os diversos dispositivos avaliativos externos dos Cursos e dos Estudantes, com os relatórios da CAPES e o acompanhamento por comitês de avaliação externa e interna dos Programas Institucionais executados pela Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação (PIBIC, PRODOC, PROCES), no âmbito dos Cursos de Pós-Graduação, bem como com dispositivos paralelos e internos de avaliação, como:

Avaliação de Docentes por Discentes, Gratificação de Estímulo à Docência – GED e Alocação aos Departamentos de Vagas Docentes.

Com a Lei nº 10.861/2004, que instituiu o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), o Processo de Avaliação Interna da UFBA será redimensionado, a fim de contemplar as dez dimensões a serem consideradas no processo de avaliação institucional, constantes do artigo 3º da referida lei.

Ainda de acordo com a lei, a avaliação interna estará sendo agora conduzida por uma Comissão Própria de Avaliação (CPA), que será orientada pelo texto da Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (Conaes) – *Diretrizes para Avaliação das Instituições de Educação Superior*, sendo essas diretrizes operacionalizadas por meio do documento *Roteiro de Auto-Avaliação Institucional: Orientações Gerais*.

2. O Processo de Avaliação Institucional

A história recente da universidade brasileira, com as devidas ressalvas a essa generalização, registra o quão difícil tem sido desenvolver projetos de avaliação institucional. Em geral, as organizações/instituições públicas não dispõem de instrumentos de acompanhamento e avaliação das ações institucionais, nem construíram parâmetros ou indicadores que permitam ao gestor refletir sobre o cotidiano institucional focalizando a eficiência, a eficácia e a efetividade da gestão.

A UFBA, conforme já assinalado, iniciou, em diferentes ocasiões, projetos de avaliação, objetivando coletar dados e sistematizá-los de forma a provocar em sua comunidade uma reflexão sobre o desempenho institucional. Nessa trajetória, diferentes metodologias foram utilizadas para o desenvolvimento desses projetos com os avanços e interrupções já mencionados.

A avaliação a ser agora iniciada deve se constituir em processo que supere uma exigência legal, ou seja, realizada em função do SINAES, e se torne um instrumento de auto-conhecimento e de aperfeiçoamento da gestão da Universidade. É nessa perspectiva que são formulados os objetivos da avaliação que se pretende desenvolver na UFBA.

2.1. Objetivos

- Produzir dados e informações que subsidiem a análise das dimensões que se constituem no objeto do processo de avaliação;
- Desenvolver ações que contribuam para o fortalecimento, na Universidade, da cultura de avaliação institucional;

- Construir uma metodologia de avaliação que permita aos diferentes órgãos e níveis da Administração universitária desenvolver, de forma sistemática e contínua, projetos de auto-avaliação;
- Sistematizar os resultados da auto-avaliação de modo que possam ser considerados no processo de planejamento e gestão institucional;
- Formar quadros para a institucionalização do processo de avaliação na Universidade Federal da Bahia

2.2. Estratégia de execução

O sentido democrático, analítico e pedagógico da avaliação institucional pressupõe a composição criteriosa da comissão de avaliadores, a definição de um caminho legítimo para a sua produção, a construção coletiva dos instrumentos de coleta de dados e informações, e a cuidadosa definição de descritores, indicadores e escalas de medidas. Ela também exige procedimentos estratégicos na sua operacionalização. Esses procedimentos se expressam na forma de princípios gerais e que se desdobram no plano da metodologia. Os princípios estratégicos aqui adotados são freqüentemente mencionados na literatura especializada sobre a avaliação institucional:

✓ **Envolvimento e participação**

A avaliação institucional da universidade é, antes de qualquer exigência legal e burocrática, uma necessidade de seu corpo docente, discente, de servidores e diretivo. A legitimidade do processo e dos produtos está, essencialmente, no movimento no interior da UFBA, dos seus órgãos e dos seus quadros. A construção dessa legitimidade pode opor a eficácia e eficiência à democracia. A tensão costuma ocorrer entre a necessidade de cumprimento de prazos legais, de metas físicas e a rigorosa obediência às categorias e tetos (quase sempre subestimados) orçamentários, por um lado, e, por outro, a necessidade de que amplos setores da comunidade acadêmica possam influir, controlar, ter poder, e envolver-se ativamente, como é da natureza da participação.

Para alcançar esse envolvimento e participação da comunidade universitária será necessário adotar meios para a *sensibilização* como palestras, reuniões, seminários, nas unidades, e a veiculação de notícias no Rede UFBA. O primeiro desses seminários terá como objetivo a divulgação do SINAES, do CONAES, da CPA e do seu Plano Geral de Trabalho. Além disso, a CPA-UFBA propõe a formação de sub-comissões por dimensão a ser avaliada. Algumas dimensões serão assumidas exclusivamente pela CPA; em outras, o papel da CPA será cooperativo e, sempre, subsidiário.

✓ **Globalidade**

A tentação da fragmentação é um dos maiores desafios da avaliação de uma instituição complexa e diversa como a UFBA. A globalidade proposta tem um sentido heurístico e deve permitir uma visão ampla e profunda de toda instituição universitária e superar as falsas dicotomias entre ensino x aprendizagem, formação x informação. O sentido da globalidade é importante para abarcar a multidimensionalidade da realidade, enfrentar as complexidades e resistir aos maniqueísmos ideológicos ou às mutilações tecnocráticas que percebem apenas as realidades arbitrariamente fragmentadas e exclusivamente quantificadas.

✓ **Gradualidade**

A avaliação será realizada gradualmente por dimensões, das mais simples para as mais complexas. Esta estratégia é uma resposta a escassez de recursos humanos (em número, em capacitação e com tempo disponível) e também servirá para a aquisição e transferência de experiências, para as avaliações das dimensões subseqüentes. É oportuno salientar que a gradualidade não implica, necessariamente, na realização de uma única dimensão por vez. O critério de partir da dimensão mais simples para a mais complexa poderá também ser relevado por demandas imediatas e emergenciais da instituição em auto-avaliar-se. À medida que os relatórios parciais forem sendo concluídos, a comunidade acadêmica e a sociedade vão tomando conhecimento e definindo as intervenções necessárias para que a avaliação cumpra a sua função social, qual seja, a de constituir-se em um processo constante de auto-conhecimento, de reconstrução institucional e de mediação com a realidade social.

2.3. Metodologia

Nesse momento, de proposição de um projeto de auto-avaliação institucional, há que ser considerada a conjuntura atual e a configuração da própria Universidade. Dados recentes, de 2004, registram que a comunidade universitária compreende cerca de 19.403 estudantes de graduação, 3.000 estudantes de pós-graduação (cursos stricto sensu e lato sensu), 1691 professores integrantes da carreira do magistério, 577 professores temporários e 3.547 servidores técnico-administrativos. A UFBA oferece 57 cursos de graduação, 40 cursos de pós-graduação stricto sensu e 43 cursos de especialização além desenvolver, de forma continuada e intensa, atividades de pesquisa e extensão.

O projeto de auto-avaliação deve então considerar esse universo e população, propondo uma metodologia que permita o seu balizamento pelos princípios da

- ✓ **participação** dos diferentes segmentos da comunidade universitária e a transparência no desenvolvimento das atividades e na coleta, tratamento, análise dos dados e utilização dos resultados;
- ✓ **globalidade**, significando que os resultados da avaliação devem expressar uma visão de conjunto da Instituição
- ✓ **gradualidade**, expressando a estratégia de envolvimento dos diferentes sujeitos no processo de avaliação e o próprio desenvolvimento do projeto, com a incorporação das diferentes dimensões objeto da avaliação a partir da sua maior ou menor complexidade.

A experiência passada indica quão lento é o processo de incorporação dos sujeitos e dos órgãos às propostas de avaliação. Essa experiência também sugere que sem o envolvimento dos atores o processo de avaliação será conduzido e terá resultados meramente formais que não repercutirão sobre a vida institucional, gerando *feed-backs* para a reconstrução institucional. Daí que mesmo lento é de fundamental importância conquistar a comunidade universitária para a participação nesse projeto.

Assim, o projeto será desenvolvido em três etapas, com a participação dos diferentes sujeitos/segmentos que integram a comunidade universitária.

ETAPA 1 – Sensibilização da comunidade universitária

- a) realização de seminário para apresentação da Comissão Própria de Avaliação, do SINAES e do Projeto de Auto-Avaliação da UFBA
- b) integração, no que couber, das atividades da Comissão Própria de Avaliação com a Comissão formada pelo Conselho Universitário, em 03 de novembro de 2004, para preparar o Seminário “A UFBA pensa a si mesma”
- c) divulgação de experiências de avaliação institucional, de literatura sobre a temática e da própria história de avaliação na UFBA, através de página no portal da UFBA;
- d) Revitalização do Programa PROUFBA/Pesquisando a UFBA

ETAPA 2 – Levantamento de dados e informações (primários e secundários), através de formulários e grupos focais e elaboração de relatórios parciais

- a) identificação das fontes institucionais de dados referentes às dimensões a serem avaliadas e consolidação de dados;
- b) elaboração de instrumentos para coleta de dados e informações
- c) organização de sub-comissões para levantamento e análise de dados

- d) realização de seminário para apresentação dos instrumentos de coleta de dados;
- e) organização de grupos focais com entidades profissionais e sindicais e segmentos da comunidade universitária
- f) realização de seminário para apresentação e discussão dos dados consolidados

ETAPA 3 – Elaboração do relatório final e apresentação dos resultados à comunidade universitária

- a) realização de seminário de apresentação/discussão do relatório de auto-avaliação da UFBA
- b) encaminhamento do relatório para a Administração da UFBA e CONAES

As dimensões a serem consideradas na avaliação, com seus respectivos indicadores, descritores e meios de verificação, constam da matriz apresentada no ANEXO 1.

2.4. Cronograma de execução

Atividades	2005											2006				
	M	A	M	J	J	A	S	O	N	D	J	F	M	A	M	
1. Sensibilização																
a) realização de seminário para apresentação da CPA, do SINAES e do Projeto de Avaliação	■															
b) integração, no que couber, das atividades da CPA com as da Comissão formada pelo CONSUNI, em 3/11/2004, para preparar o Seminário “A UFBA pensa a si mesma”	■															
c) divulgação de experiências de avaliação institucional, da literatura sobre a temática e da própria história de avaliação na UFBA, através da página no portal da UFBA	■															
d) revitalização do Programa PROUFBA – Pesquisando a UFBA	■															
2. Construção e levantamento de dados																
a) organização de sub-comissões para levantamento e análise de dados	■															
b) preparação dos instrumentos de coleta de dados	■	■	■													
c) realização de seminário para apresentação dos instrumentos de coleta de dados				■												
d) levantamento e consolidação de dados			■	■	■	■	■	■	■	■						
e) organização de grupos focais		■														
f) realização de seminário para apresentação e discussão dos dados consolidados											■					
3. Elaboração do relatório final e apresentação dos resultados à comunidade universitária																
a) elaboração do relatório final										■	■	■	■	■	■	
b) realização de seminário de apresentação e discussão do relatório de auto-avaliação da UFBA												■				
c) encaminhamento do relatório para a Administração da UFBA e para a CONAES															■	

2.5. Gestão da Avaliação.

O projeto de avaliação institucional será de responsabilidade da Comissão Própria de Avaliação, instituída na forma da lei, e apoiada pela Pró-Reitoria de Planejamento - PROPLAD. A CPA funcionará na reitoria, utilizando os espaços e a infra-estrutura da PROPLAD

São membros da Comissão Própria de Avaliação Institucional da UFBA:

- Paulo de Arruda Penteado Filho (Coordenador)
- Denise Santana Janzen – Especialista em avaliação
- José Albertino Carvalho Lordelo – Especialista em avaliação
- Representante do corpo docente
- Marieta Barboza Pereira da Silva – Representante dos Servidores Técnico-Administrativos
- Representante dos Alunos (aguardando indicação do DCE)
- Renée Albagli Nogueira – Representante da sociedade civil

2.6. Orçamento do projeto

Especificação	Qte.	Valor Unit.	Valor Total
Material Permanente			4.300,00
Microcomputador	1	2.500,00	2.500,00
Impressora Laser	1	1.400,00	1.400,00
Mesa e cadeira para microcomputador			400,00
Serviços de Terceiros			26.400,00
Organização e execução de seminários			3.000,00
Projeto gráfico e impressão de relatórios			10.000,00
Projeto gráfico e produção de cartaz			2.000,00
Reprografia			1.000,00
Passagens aéreas	8	1.000,00	8.000,00
Transporte (locadora)			400,00
Despesas com pronto-atendimento			2.000,00
Materiais de Consumo			5.900,00
Tonner para impressora	4	1.000,00	4.000,00
Papel A 4	100	15,00	1.500,00
Livros			400,00
Despesas com pessoal			22.840,00
Diárias interestaduais	32	150,00	4.800,00
Consultoria (h.)	100	100,00	10.000,00
Diárias intermunicipais	12	70,00	840,00
Estagiários	2	300,00	7.200,00
Total geral			59.440,00

Anexo 1

Matriz de Informações para o Processo de Avaliação Interna

Dimensão (Núcleos Básicos Comuns)	Temas	Documentos e Dados	Indicadores	Fonte dos Dados
1 – A missão e o Plano de Desenvolvimento Institucional	<ul style="list-style-type: none"> • Finalidades, objetivos e compromissos da IES, explicitadas em documentos oficiais • concretização das práticas pedagógicas e administrativas e suas relações com os objetivos centrais da instituição, identificando resultados, dificuldades, carências, possibilidades e potencialidades. • características básicas do PDI e suas relações com o contexto social e econômico em que a instituição está inserida. • articulação entre o PDI e o Projeto Pedagógico Institucional (PPI) no que diz respeito às atividades de ensino, pesquisa, extensão, gestão acadêmica, gestão institucional e avaliação institucional. 	<ul style="list-style-type: none"> • Plano de Desenvolvimento Institucional. • Projeto Pedagógico Institucional. • Projeto Pedagógico dos Cursos. • Efetiva utilização do PDI como referência para programas e projetos desenvolvidos pelas unidades acadêmicas (Faculdades, Institutos, Centros) e pela administração central da instituição (Reitoria, Pró-Reitorias e órgãos colegiados). • Avaliação e atualização do PDI (realização de seminários, reuniões, consultas). • Descrição do perfil de egressos (conhecimentos e competências que devem adquirir durante a sua permanência na IES). • Descrição do perfil de ingressantes: com base nas demandas regionais e nacionais (conhecimentos e competências que devem apresentar) 		PDI PPI Pesquisa do Perfil dos ingressantes
2 – A política para o ensino, a pesquisa, a pós-graduação, a extensão e as respectivas normas de operacionalização, incluídos os procedimentos para estímulo à produção acadêmica, as bolsas de pesquisa, de monitoria e demais modalidades	<ul style="list-style-type: none"> • Concepção de currículo e organização didático-pedagógica (métodos, metodologias, planos de ensino e de aprendizagem e avaliação da aprendizagem) de acordo com os fins da instituição, as diretrizes curriculares e a inovação da área. • Práticas pedagógicas, considerando a relação entre a 	<ul style="list-style-type: none"> • Currículos e programas de estudos. • Mecanismos, acordos e conclusões da revisão, atualização e renovações dos currículos e programas de estudo. • Responsáveis pelas ações de atualização dos documentos da IES. • Sistematização das atividades de extensão (programas, descrição de atividades, número de estudantes 	Indicadores de atividades científicas (publicações, existência de grupos de pesquisa, patentes, entre outros) <ul style="list-style-type: none"> • Conceitos da CAPES. • Indicadores de atuação profissional dos egressos. • Indicador de publicações 	SiDoc PRPPG Relatórios CAPES Avaliações CAPES Pesquisa com egressos Currículos atuais – SGC

Dimensão (Núcleos Básicos Comuns)	Temas	Documentos e Dados	Indicadores	Fonte dos Dados
A. ENSINO	<p>transmissão de informações e utilização de processos participativos de construção do conhecimento.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Pertinência dos currículos (concepção e prática), tendo em vista os objetivos institucionais, as demandas sociais (científicas, econômicas, culturais etc.) e as necessidades individuais. • Práticas institucionais que estimulam a melhoria do ensino, a formação docente, o apoio ao estudante, a interdisciplinaridade, as inovações didático-pedagógicas e o uso das novas tecnologias no ensino. 	<p>participantes).</p> <ul style="list-style-type: none"> • Acompanhamento e avaliação do impacto das atividades de extensão • Grupos de trabalho, bolsas outorgadas, estímulos à pesquisa. • Convênios e acordos com outras instituições públicas e privadas, organizações profissionais e empresariais, associações, centros assistenciais. 	<p>(livros e capítulos de livros, artigos publicados em revistas científicas indexadas, trabalhos publicados em anais, propriedade intelectual, publicações eletrônicas).</p>	<p>SGC PROGRAD PROEXT Pesquisa Práticas Pedagógicas Pesquisa impacto das atividades de extensão Bolsas – PRPPG Setor de Contratos e convênios Programas PRPPG Práticas institucionais</p>
B. PESQUISA	<ul style="list-style-type: none"> • Relevância social e científica da pesquisa em relação aos objetivos institucionais, tendo como referência as publicações científicas, técnicas e artísticas, patentes, produção de teses, organização de eventos científicos, realização de intercâmbios e cooperação com outras instituições nacionais e internacionais, formação de grupos de pesquisa, política de investigação e políticas de difusão dessas produções. • Vínculos e contribuição da pesquisa para o desenvolvimento local/regional. • Políticas e práticas institucionais de pesquisa para a formação de pesquisadores (inclusive iniciação científica). • Articulação da pesquisa com 			<p>PRPPG Coordenadores de Cursos de Pós-Graduação Avaliação CAPES Programas da PRPPG SiDoc</p>

Dimensão (Núcleos Básicos Comuns)	Temas	Documentos e Dados	Indicadores	Fonte dos Dados
	<p>as demais atividades acadêmicas.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Critérios para o desenvolvimento da pesquisa, participação dos pesquisadores em eventos acadêmicos, publicação e divulgação dos trabalhos. 			
C. EXTENSÃO	<ul style="list-style-type: none"> • Concepção de extensão e de intervenção social afirmada no PDI. • Articulação das atividades de extensão com o ensino e a pesquisa e com as necessidades e demandas do entorno social. • Participação dos estudantes nas ações de extensão e intervenção social e o respectivo impacto em sua formação. 			PDI PROEXT ACC UFBA em Campo
D. PÓS-GRADUAÇÃO (<i>stricto e lato sensu</i>)	<ul style="list-style-type: none"> • Políticas institucionais para criação, expansão e manutenção da pós-graduação <i>lato</i> e <i>stricto sensu</i>. • Política de melhoria da qualidade da pós-graduação. • Integração entre graduação e pós-graduação • Formação de pesquisadores e de profissionais para o mestrado superior. 			PRPPG PROGRAD Relatórios e Avaliações da CAPES

<p>3 – A responsabilidade social da instituição, considerada especialmente no que se refere à sua contribuição em relação à inclusão social, ao desenvolvimento econômico e social, à defesa do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Transferência de conhecimento e importância social das ações universitárias e impactos das atividades científicas, técnicas e culturais, para o desenvolvimento regional e nacional. • Natureza das relações com o setor público, com o setor produtivo e com o mercado de trabalho e com instituições sociais, culturais e educativas de todos os níveis. • Ações voltadas ao desenvolvimento da democracia, promoção da cidadania, de atenção a setores sociais excluídos, políticas de ação afirmativa etc. 	<ul style="list-style-type: none"> • Critérios que a instituição utiliza para a abertura de cursos e ampliação de vagas. • Contribuição da instituição na criação de conhecimentos para o desenvolvimento científico, técnico ou cultural. • Caracterização e pertinência das atividades da IES nas áreas de educação, saúde, lazer, cultura, cidadania, solidariedade, organizações econômicas e sociais, meio ambiente, patrimônio cultural, planejamento urbano, desenvolvimento econômico, entre outras. • Descrição e sistematização das atividades relacionadas com cooperativas, ONGs, corais, centros de saúde, escolas, clubes, sindicatos, partidos políticos ou outras. • Evidências da vinculação dessas atividades com o desenvolvimento das finalidades da instituição. • Dados sobre bolsas, descontos e outras evidências de políticas institucionais de inclusão de estudantes em situação econômica desfavorecida. • Lista de estudantes, docentes e técnicos-administrativos portadores de necessidades especiais e das estratégias pedagógico-didáticas empregadas. • Convênios e acordos com outras instituições públicas e privadas, organizações profissionais e empresariais, associações, centros assistenciais. 		<p>PRPPG PROEXT PROGRAD Sistema de Quotas no Vestibular ACC Programa contra a violência BanSol - Adm. PDGS – Adm. Seju – Fac. Direito ISC Escola de Música Pesquisa sobre deficientes físicos Setor de Convênios e Contratos Escola de Dança Escola de Teatro</p>
---	--	---	--	---

<p>4 – A comunicação com a sociedade</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Estratégias, recursos e qualidade da comunicação interna e externa. • Imagem pública da instituição nos meios de comunicação social. 	<ul style="list-style-type: none"> • Meios e canais de comunicação utilizados para publicizar as atividades da instituição na comunidade externa. • Regimentos e manuais de circulação interna informando sobre procedimentos. • Folhetos e jornais para divulgação interna, existência de sítios-<i>web</i> de divulgação.e análises sobre sua eficácia. • Guia do aluno ou semelhante que contenha informações sobre Projeto Pedagógico do curso, disciplinas, créditos, horários de funcionamento e outros. • Questionários destinados aos membros dos diversos segmentos da instituição avaliando a efetividade da comunicação e a circulação das informações na instituição. • Questionários para os estudantes, docentes e técnico-administrativos indagando e avaliando as estratégias mais eficazes e os problemas na circulação das informações. • Procedimentos de recepção de sugestões e procedimentos de resposta. 		<p>ASSCOM SAD SPE GED Vestibular – SSOA UFBA em Pauta Portal da UFBA n Internet Jornal da FACOM Pesquisa em jornais Agenda do Estudante Pesquisa interna</p>
---	---	--	--	--

<p>5 – As políticas de pessoal, de carreiras do corpo docente e corpo técnico-administrativo, seu aperfeiçoamento, desenvolvimento profissional e suas condições de trabalho</p>	<p>Planos de carreira regulamentados para docentes e funcionários técnico-administrativos com critérios claros de admissão e de progressão.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Programas de qualificação profissional e de melhoria da qualidade de vida de docentes e funcionários técnico-administrativos. • Clima institucional, relações inter-pessoais, estrutura de poder, graus de satisfação pessoal e profissional. 	<p>A - DOCENTES</p> <ul style="list-style-type: none"> • N° de docentes em tempo integral, parcial e “substitutos” (horistas). • N° de docentes doutores, mestres e especialistas com respectivos regimes de trabalho. • Experiência profissional no magistério superior. • Experiência profissional fora do magistério superior. • Formação didático-pedagógica. • N.º de publicações por docente. • Critérios de ingresso na instituição e de progressão na carreira. • Políticas de capacitação e de avaliações de desempenho. • Pesquisas e/ou estudos sobre docentes com as condições de trabalho, recursos, formação dos técnico-administrativos. <p>B. TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS</p> <ul style="list-style-type: none"> • N° de funcionários técnico-administrativos. • Escolaridade dos funcionários técnico-administrativos. • Envolvimento de funcionários técnico-administrativos com pesquisa 	<p>A - DOCENTES¹</p> <ul style="list-style-type: none"> • Conceitos da CAPES no Pós-Graduação <i>stricto sensu</i> • IQCD – Índice de Qualificação do Corpo Docente.* • Produção acadêmica/docentes. • Aluno tempo integral²/professor.* • Grau de envolvimento com pós-graduação.* • Grau de envolvimento com pesquisa. • Grau de envolvimento com extensão. <p>B. TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS</p> <ul style="list-style-type: none"> • Aluno tempo integral/funcionário técnico-administrativo* 	<p>SiDoc</p> <p>CAPES</p> <p>PRPPG</p> <p>PRODEP</p> <p>Resoluções dos Conselhos Superiores</p> <p>PROPLAD</p> <p>GED</p> <p>Avaliação dos Docentes pelos Docentes</p> <p>PRPPG</p> <p>SPE-SIP</p> <p>Pesquisa da atuação dos servidores técnico-administrativos</p> <p>Resoluções dos Conselhos Superiores</p> <p>PRODEP</p>
---	--	---	---	---

¹ Doravante estão assinalados com (*) os indicadores desenvolvidos pelo Tribunal de Contas da União, obrigatórios para as Instituições Federais de Educação Superior.

² De acordo com o documento do Tribunal de Contas da União (TCU), Secretaria de Ensino Superior (SESu) e Secretaria Federal de Controle Interno (AFC), Decisão TCU N. 408/2002 – Plenário – “Orientações para o Cálculo dos Indicadores de Gestão”, Aluno de Tempo Integral (de graduação) é calculado da seguinte forma: $AgTI = (\text{somatório todos os cursos } \{(NDI * Dpc)(1 + [\text{Fator de Retenção}] + ((N1 - NDI)/4) * Dpc\})$ onde, NDI = Número de Diplomados, no ano letivo referente ao exercício, em cada curso; Dpc = Duração padrão do curso; N1 = Número de alunos que ingressaram no ano letivo ao exercício, em cada curso e fator de Retenção calculado de acordo com metodologia da SESu.

		<p>e extensão.</p> <ul style="list-style-type: none">• Experiência profissional.• Critérios de ingresso na instituição.• Critérios de progressão na carreira.• Políticas de capacitação.• Avaliações de desempenho.• Pesquisas e/ ou estudos sobre a satisfação dos funcionários com as condições de trabalho, recursos, formação dos técnico-administrativos.		ISP
--	--	---	--	-----

<p>6 – Organização e gestão da instituição, especialmente o funcionamento e representatividade dos colegiados, sua independência e autonomia na relação com a mantenedora, e a participação dos segmentos da comunidade universitária nos processos decisórios</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Existência de plano de gestão e/ou plano de metas: adequação da gestão ao cumprimento dos objetivos e projetos institucionais e coerência com a estrutura organizacional oficial e real. • Funcionamento, composição e atribuição dos órgãos colegiados. • Uso da gestão e tomadas de decisão institucionais em relação às finalidades educativas. • Uso da gestão estratégica para antecipar problemas e soluções. • Modos de participação dos atores na gestão (consensual, normativa, burocrática). • Investimento na comunicação e circulação da informação (privativa da gestão central ou fluida em todos níveis). 	<ul style="list-style-type: none"> • Atas dos órgãos colegiados. • Regulamentos internos, normas acadêmicas, regimentos e estatutos da instituição. • Funcionamento do sistema de registro acadêmico. • Funcionamento do sistema e recursos de informação. • Mecanismos de controle de normas acadêmicas. • Organogramas. 		<p>PROPLAD SIAC – SGC Composição dos Conselhos e órgãos colegiados ASSCOM</p>
<p>7 – Infra-estrutura física, especialmente a de ensino e de pesquisa, biblioteca, recursos de informação e comunicação</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Adequação da infra-estrutura da instituição (salas de aula, biblioteca, laboratórios, áreas de lazer, transporte, hospitais, equipamentos de informática, rede de informações e outros) em função das atividades de ensino, pesquisa e extensão. • Políticas institucionais de conservação, atualização, segurança e de estímulo à utilização dos meios em função dos fins. • Utilização da infra-estrutura no desenvolvimento de práticas pedagógicas inovadoras. 	<ul style="list-style-type: none"> • N.º de salas de aula. • N.º de instalações administrativas. • N.º e condições das salas de docentes. • N.º e condições das salas de reuniões. • N.º e condições dos gabinetes de trabalho. • N.º e condições das salas de conferência/auditórios. • N.º e condições das instalações sanitárias. • Existência de áreas de convivência. 		<p>Prefeitura do Campus CPD PROPLAD Biblioteca Central Plano de Segurança Pesquisa sobre satisfação de usuários Questionário do Provão HUPES MCO Hospital Veterinário EDUFBA</p>

	<ul style="list-style-type: none"> • Hospitais Universitários • Museus • Fazendas Experimentais • Rádio e TV • Teatros • Editora • Empresas Juniores 	<ul style="list-style-type: none"> • Acessos para portadores de necessidades especiais. • N.º de equipamentos (informática, laboratórios, apoio administrativo). • N.º de Bibliotecas (central e setoriais). • Acesso a bases de dados e bibliotecas virtuais. • N.º de livros, periódicos e títulos em geral. • N.º e condições de laboratórios de informática. • N.º de equipamentos informáticos e condições de uso e acesso pelos estudantes. • N.º e condições de laboratórios específicos. • Descrição do plano de segurança, proteção de riscos e proteção ambiental. • Questionários de satisfação dos usuários sobre as instalações em geral e especialmente sobre a biblioteca, laboratórios e equipamentos informáticos. 		<p>Empresa Jr. ADM</p> <p>Estatísticas do MEC sobre Hospitais Universitários</p>
<p>8 – Planejamento e avaliação, especialmente em relação aos processos, resultados e eficácia da auto-avaliação institucional</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Adequação e efetividade do (plano estratégico) planejamento geral da instituição e sua relação com o Projeto Pedagógico Institucional e com os projetos pedagógicos dos cursos. • Procedimentos de avaliação e acompanhamento do planejamento institucional, especialmente das atividades educativas. 	<ul style="list-style-type: none"> • Projeto Pedagógico Institucional • Projeto Pedagógico dos cursos • Relatórios parciais de auto-avaliação. • Relatório final de auto-avaliação. • Ações decorrentes das conclusões da auto-avaliação. • Nº de eventos e seminários de difusão dos processos de auto-avaliação. 	<p>PROGRAD</p> <p>Colegiados de cursos</p> <p>PROPLAD</p>	

<p>9 – Políticas de atendimento aos estudantes e egressos</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Políticas de acesso, seleção e permanência de estudantes (critérios utilizados, acompanhamento pedagógico, espaço de participação e de convivência) e sua relação com as políticas públicas e com o contexto social. • Políticas de participação dos estudantes em atividades de ensino (estágios, tutoria), Iniciação Científica, Extensão, avaliação institucional, atividades de intercâmbio estudantil. • Mecanismos/sistemáticas de estudos e análises dos dados sobre ingressantes, evasão/abandono, tempos médios de conclusão, formaturas, relação professor-/aluno e outros estudos tendo em vista a melhoria das atividades educativas. <p>EGRESSOS</p> <ul style="list-style-type: none"> • Acompanhamento de egressos e criação de oportunidades de formação continuada. • Inserção profissional dos egressos. • Participação dos egressos na vida da Instituição. 	<ul style="list-style-type: none"> • Pesquisas ou estudos sobre os egressos e/ou empregadores dos mesmos. • Dados sobre a ocupação dos egressos. • Evidências de atividades de formação continuada para os egressos. • N.º de Candidatos. • N.º de Ingressantes. • N.º de Estudantes matriculados por curso. • N.º de Estudantes com bolsas. • N.º médio de estudantes por turma. • N.º de bolsas e estímulos concedidos. • N.º de intercâmbios realizados. • N.º de eventos realizados. • N.º de participações em eventos. • N.º de trabalhos de estudantes publicados. 	<ul style="list-style-type: none"> • TSG - Taxa de Sucesso na Graduação*. • GPE - Grau de Participação Estudantil* • Tempo médio de conclusão do curso. • Aluno tempo integral/professor • Aluno tempo integral/funcionário técnico-administrativo* 	<p>SiDoc</p> <p>Vestibular - SSOA</p> <p>PROPLAD</p> <p>PROEXT</p> <p>PROGRAD</p> <p>SIAC – SGC</p> <p>Pesquisa com egressos</p> <p>SPE</p> <p>SET</p>
--	--	---	--	--

<p>10 – Sustentabilidade financeira, tendo em vista o significado social da continuidade dos compromissos na oferta da educação superior</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Sustentabilidade financeira da instituição e políticas de captação e alocação de recursos. • Políticas direcionadas à aplicação de recursos para programas de ensino, pesquisa e extensão. 	<ul style="list-style-type: none"> • Aluno tempo integral/corpo técnico-administrativo. • Planilha de contratação de pessoal docente. • Planilha de contratação de pessoal técnico-administrativo. • Planilha financeira que compõe o PDI. • Tabela de cursos oferecidos (graduação, pós-graduação, seqüenciais e a distância) pela IES. • Folhas de pagamento dos docentes e dos técnico-administrativos (últimos 6 meses). • Planilha de liberação de verbas para capacitação de docentes e técnico-administrativos. • Planilha de liberação de verbas para auxílio de custo para participação em eventos pelos discentes. • Planilha de gastos com multas (trabalhistas e outras). 	<ul style="list-style-type: none"> • Relação orçamento/gastos (semestral e anual). • Relação ingressantes/concluintes. • Relação docentes em capacitação/docentes capacitados (em nível de pós-graduação – especialização, mestrado e doutorado). • Relação dos técnicos-administrativos em capacitação/ capacitados (em nível de pós-graduação: especialização, mestrado e doutorado). 	<p>PROEXT PROPLAD SPE Setor de Orçamento Resoluções dos Conselhos Superiores Setor de Documentação e Estatística</p>
---	---	--	---	--